

EUA não darão as mesmas vantagens

Roberto Garcia
Correspondente

Washington — Embora não esteja mais insistindo num acordo com o FMI para reescalonar a dívida brasileira, o governo americano não está disposto a estender ao Brasil os mesmos termos concedidos a países que se submetem ao Fundo Monetário, afirmam fontes americanas. Elas acrescentam que os montantes e os prazos serão menores, a fim de não criar precedentes que seriam depois reivindicados por outros devedores.

Governos que submetem sua política econômica à supervisão do FMI têm conseguido reescalonamento tanto do principal quanto dos juros devidos, bem como prazos de 8 a 10 anos para pagá-los. Atualmente, organismos como o Eximbank, que é agência de financiamento de exportações dos Estados Unidos, cobram em seus empréstimos juros 1% acima do que lhes custa captar recursos no mercado privado, que é 7,25% ao ano. "Se dermos essas mesmas condições ao Brasil num dia, no dia seguinte a Nigéria, as Filipinas e o Egito, que também não gostam da disciplina imposta pelo FMI, vão fazer fila na porta do Clube de Paris para conseguir a mesma coisa. Isso não podemos permitir", disse um alto funcionário do governo americano.

O mesmo funcionário disse que dificilmente o Brasil conseguirá reescalonamento dos juros atrasados; não deve contar com prazos superiores a 5 anos mas poderá gozar de juros de 8,25%. Funaro conseguirá um mini-reescalonamento mas não um maxi-, co-

mo parece estar esperando, disse um formulador da política do Departamento do Tesouro.

Embora reconheça que o Brasil promoveu ajustes consideráveis de sua economia nos últimos anos, o governo Reagan considera que ainda falta muito para que o país reconquiste o pleno crédito nos mercados financeiros externos. "Lembando em conta a deterioração da balança comercial brasileira nos últimos meses, continuamos preocupados e não sabemos se vocês vão pagar os compromissos que já estão em considerável atraso", disse ao JORNAL DO BRASIL um alto funcionário do Eximbank.

Dívidas atrasadas

De janeiro de 1985 até agora, o Brasil acumulou atrasos de aproximadamente 3,1 bilhões de dólares a organismos governamentais do Canadá, Japão e países da Europa Ocidental semelhantes ao Eximbank. Desde que assumiu o poder, o governo Sarney vem tentando reescalonar a dívida brasileira junto a esses organismos de financiamento, mas esbarra na exigência de um acordo prévio com o FMI. Sem desejar um acordo desse tipo, o governo brasileiro suspendeu os pagamentos de juros e do principal de sua dívida aos governos estrangeiros de janeiro de 85 a maio de 86.

Nesse último mês, num gesto de boa vontade, o Brasil começou a pagar os juros que passaram a vencer desde então, anunciando aos credores que também pagaria 15% dos atrasados até o fim do ano.

"Nos temos recebido os cheques brasileiros, mas isso não quer dizer que

tenhamos ficado satisfeitos com esse método unilateral usado pelo governo Sarney para resolver a questão dos atrasados. Desistimos agora da exigência de um acordo do FMI, mas não vamos fraquejar quanto aos termos. Essa questão precisa de uma ordem que não seja a imposta pelos devedores", afirmou o funcionário do Eximbank. O mesmo funcionário acrescentou que as negociações sobre os termos do reescalonamento, que serão realizadas a partir de 19 de janeiro, em Paris, serão mais difíceis do que o Brasil pensa.

Entre as medidas que continuam considerando necessárias no Brasil, funcionários americanos mencionam reduções das despesas governamentais, minidesvalorizações mais agressivas do cruzado e desaquecimento da economia, bem como estímulos aos investimentos estrangeiros.

William Ryan, vice-presidente do Eximbank, argumenta que o Cruzado II só abrangeu aumento de receitas, sem qualquer redução significativa das despesas governamentais. Ele acrescenta que uma carga excessiva de impostos desestimula a produção e incentiva a especulação. Ryan e outros funcionários americanos manifestam grande desapontamento com as medidas de contenção da demanda, cujas pressões continuam explosivas.

Eles continuam insistindo em fim dos controles de preços para itens como trigo, aço e leite. Embora não sejam favoráveis a uma maxidesvalorização, afirmam que os ajustamentos diários do cruzado precisam ser feitos mais agressivamente, uma vez que a moeda brasileira estaria supervalorizada entre 10% e 15% em relação ao dólar.